



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD

ROSANE CLEMENTE RESENDE

**A INTERTEXTUALIDADE NOS DISCURSOS POLÍTICOS DE
OPOSIÇÃO AO GOVERNO LULA**

BRASÍLIA
Novembro de 2006

ROSANE CLEMENTE RESENDE

**A INTERTEXTUALIDADE NOS DISCURSOS POLÍTICOS DE
OPOSIÇÃO AO GOVERNO LULA.**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCeub/ICPD) como requisito parcial para a obtenção do Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientador (a): Professora M. Sc. Francisca Cordélia Oliveira da Silva.

**Brasília – DF
Novembro/2006**

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu mestre, aos meus pais, sempre prestativos e à Prof^a Cordélia, pelas orientações, pela dedicação e pelo compromisso com o aperfeiçoamento do aluno.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a importância da intertextualidade nos discursos políticos de oposição ao Governo Lula. Primeiramente, serão apresentados os conceitos considerados fundamentais para este estudo: discurso, discurso político, ideologia, argumentação e intertextualidade. A seguir será explicitada a metodologia de análise. O capítulo da análise é dividido nas seguintes partes: análise da intertextualidade e ideologia nos discursos nº 1 e 2 e análise dos recursos argumentativos nos discursos nº 1 e 2. A intertextualidade pressupõe um universo cultural muito amplo e complexo, pois implica a identificação, o reconhecimento a obras ou a textos e exige do interlocutor a capacidade de interpretar a citação em questão. E o objetivo principal da análise dos discursos proferidos pelos Parlamentares é justamente mostrar que notícias divulgadas por algumas revistas e redes de televisão, de credibilidade, enriquecem e ilustram os seus pronunciamentos. É importante ressaltar que os políticos de oposição têm o papel preponderante de criticar, interpelar e denunciar o Governo, quando necessário, e para isso eles utilizam outros textos, frases publicadas pela imprensa, por se tratar de um argumento de convencimento, fonte de ideologia e sustentação das relações de poder. As palavras proferidas pelos políticos despertam nos leitores ou nos ouvintes diversos sentimentos como revolta, desprezo, apatia, tristeza ou mesmo alegria. Portanto, cabe ao orador utilizar as estratégias mais adequadas para tentar convencê-los sobre o seu ponto de vista.

Palavras-chave: discurso político, meios de comunicação, intertextualidade, ideologia.

ABSTRACT

This work intends to analyze the importance of the intertextuality in the political speeches of opposition to the Lula Government. First at all, the basic concepts considered fundamental for this study were: speech, political speech, ideology, argument and intertextuality. Then followed by the explanation of the analysis methodology. The chapter related to the analysis is divided in the following parts: analysis of the intertextuality and ideology in the speeches n° 1 and 2 and analysis of the argumentative resources in the speeches n° 1 and 2. It is distinguished that the intertextuality estimates a wide and very complex cultural universe; therefore it implies the identification, the recognition of workmanships or the texts and demands of the interlocutor the capacity to interpret the citation in question. And the main objective of the analysis of the speeches pronounced for them Parliamentarians is exactly to show that the news divulged for some magazines and nets of television, credibility, enrich and illustrate the uprisings of them Parliamentarians. It is important to stand out that the politicians of opposition have the preponderant role to criticize, to interpellate and to denounce the government, when necessary, and for this they use other texts, phrases published for the press, if dealing with an argument of persuasion, source of ideology and sustentation of the relations of being able. The words pronounced by the diverse listeners feelings such as revolt, disdain, apathy, sadness or same joy. Therefore, it fits to the orator to use the most adequate strategies to try to convince them on his point of view.

Words-key: political speech, medias, intertextuality, ideology.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| 1 REFERENCIAIS TEÓRICOS | 11 |
| 1.1 Discurso..... | 11 |
| 1.1.1 Discurso Político: A Regulamentação dos Pronunciamentos..... | 17 |
| 1.2 Análise do Discurso..... | 18 |
| 1.3 Ideologia..... | 25 |
| 1.4 Argumentação..... | 29 |
| 1.4.1 Articulações dos argumentos..... | 31 |
| 1.4. 2 Metáfora..... | 31 |
| 1.5 Argumentação e autoridade polifônica..... | 32 |
| 1.6 Intertextualidade..... | 34 |
| 2 METODOLOGIA DE ANÁLISE | 38 |
| 2.1 Tipo de pesquisa..... | 38 |
| 2.2 Delineamento da pesquisa: geração de dados, redação e análise..... | 40 |
| 2.3 Modos e meios de representação: tipos de dados..... | 40 |
| 2.4 Técnica de Pesquisa..... | 42 |
| 3 ANÁLISE DO DISCURSO | 45 |
| 3.1 Análise da Intertextualidade e Ideologia no discurso nº 1..... | 46 |
| 3.2 Análise da Intertextualidade e Ideologia no discurso nº 2..... | 48 |
| 3.3 Análise dos Recursos Argumentativos de Koch no discurso nº 1..... | 51 |
| 3.4 Análise dos Recursos Argumentativos de Koch no discurso nº 2..... | 55 |
| CONCLUSÃO | 63 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 67 |

ANEXO 1.....68
ANEXO 2.....71

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2005 e início de 2006, houve uma crise muito forte na política do Brasil e alguns parlamentares da oposição e a imprensa tiveram importante papel de divulgação da corrupção existente no Governo Lula, o que pode ter influenciado a opinião de várias pessoas a respeito do atual Governo.

Trabalho há nove anos na Câmara dos Deputados com discursos políticos e percebo o quão importante é o papel do parlamentar de oposição para criticar, interpelar e denunciar, quando necessário, o que ocorre no Governo. E, para isso, eles utilizam a *TV Câmara* e o *Jornal da Câmara*. Observo que a maioria dos Deputados, ao fazerem os seus pronunciamentos, recorrem às notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação, mas principalmente pela *TV Globo*, *Correio Braziliense*, revistas *Veja* e *IstoÉ*.

Creio que as palavras proferidas por diversos Parlamentares despertam nos ouvintes diversos sentimentos como indignação, revolta, desprezo, tristeza ou também alegria por alguém estar denunciando o que há de errado no atual Governo.

Assim, resolvi utilizar, neste trabalho, discursos políticos de um Deputado Federal do Distrito Federal e um Deputado Federal da Bahia, ambos do PFL.

E o tema a ser abordado é “A importância da intertextualidade nos discursos políticos de oposição ao Governo Lula” porque é algo que surge

diariamente naquela Casa Legislativa e por se tratar de um instrumento de influência da opinião da população.

A intertextualidade é apontada por Fairclough (2001) como propriedade fundamental para a compreensão da prática discursiva e ela ocorre quando um texto incorpora um outro texto, por meio de estratégias discursivas, como a reformulação, produzindo um discurso em resposta a outro discurso.

A Análise do Discurso, teoria que sustenta este estudo, propõe a abordagem em três aspectos: teórico, social e pessoal.

No aspecto pessoal, foi levado em conta os vários anos de trabalho na área legislativa, na Câmara dos Deputados, acompanhando os discursos parlamentares, o que proporcionou a curiosidade em estudar de forma mais aprofundada o uso de outros textos no discurso político. Assim, a escolha do tema: “A importância da intertextualidade nos discursos políticos” baseou-se no interesse em conhecer melhor a importância do uso de outros textos dentro do discurso político, como fonte de ideologia, argumentação e convencimento.

No aspecto teórico, o discurso é um elemento das práticas sociais e contribui para a construção de identidades sociais, das relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença.

Também na análise dos discursos políticos dos parlamentares foram observadas as relações de poder, a ideologia e a argumentação presentes no discurso, de acordo com as teorias pesquisadas.

Quanto ao aspecto social, foi abordada a influência dos discursos dos parlamentares junto à sociedade, já que esses foram transmitidos por meio da *TV Câmara*, cujo índice de abrangência de telespectadores é bastante alta e ao caráter argumentativo dos discursos, pois é possível que tenham causado mudanças de opinião das pessoas.

O objetivo do presente estudo monográfico é analisar a importância da intertextualidade no discurso político de parlamentares, como recurso argumentativo para convencimento da opinião pública e como fonte de ideologia e sustentação do poder.

Este trabalho visa a ampliar a percepção dos leitores quanto ao uso da intertextualidade, do porquê de se usar esse instrumento, do seu alcance e do seu poder de convencimento. Assim, ele foi dividido da seguinte maneira: Capítulo 1 consiste nos referenciais teóricos, em que foram apresentadas alguns conceitos importantes de discurso, ideologia, argumentação e intertextualidade; Capítulo 2 corresponde à metodologia, em que foi adotada a pesquisa qualitativa, e Capítulo 3 baseou-se na análise de dois discursos políticos de Parlamentares da oposição nos quais são destacados os aspectos mais relevantes propostos nos referenciais teóricos.

1 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas obras de alguns escritores que tratam dos temas discurso, análise do discurso, ideologia, argumentação e intertextualidade.

1.1 Discurso

Ferdinand Saussure (1959, apud FAIRCLOUGH, 2001) considera fala como não acessível ao estudo sistemático, por ser essencialmente uma atividade individual: os indivíduos usam uma língua de formas imprevisíveis, de acordo com seus desejos e suas intenções, uma *langue* (língua) que é em si mesma sistemática e social.

A posição de Saussure é atacada pelos sociolinguistas que afirmam ser o uso de linguagem moldado social e não individualmente. Eles afirmam que a variação no uso da linguagem é sistemática e acessível ao estudo científico e que aquilo que o torna sistemático é sua correlação com variáveis sociais: a língua varia de acordo com a natureza da relação entre os participantes em interações, o tipo de evento social, os propósitos sociais das pessoas na interação, e assim por diante (DOWNES, 1984, apud FAIRCLOUGH, 2001). Isso representa claramente um avanço na tradição saussureana dominante na lingüística regular, mas tem duas limitações principais. Primeiro, a ênfase tende a ser unilateral sobre como a língua varia segundo fatores sociais, sugerindo a existência de tipos de sujeito social, de relações sociais e de situação bastante independentes do uso de linguagem, e a exclusão da possibilidade de o uso de linguagem realmente

contribuir para sua constituição, reprodução e mudança. Segundo, as variáveis sociais que são consideradas como correlacionadas a variáveis lingüísticas são aspectos das situações sociais de uso lingüístico relativamente superficiais, além de não haver uma compreensão de que as propriedades do uso de linguagem podem ser determinadas em um sentido mais global pela estrutura social em um nível mais profundo: as relações sociais entre as classes e outros grupos.

Fairclough (2001) propõe usar o termo “discurso” considerando o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Uma delas é que o discurso como modo de ação é uma forma como as pessoas podem agir sobre o mundo, especialmente sobre os outros.

De acordo com a Lingüística Pragmática de Levinson (1983, apud FAIRCLOUGH, 2001), isso implica relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Geralmente, tal relação é mais comum entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, moldam e restringem suas próprias

normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

É possível distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso. O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu' (HENRIQUES et al., 1984; WEEDON, 1987, apud FAIRCLOUGH, 2001). Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem, e às dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso, denominadas de identitária, relacional e ideacional.

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso. A função relacional, a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas. E a função ideacional, aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. As funções identitária e relacional são reunidas por Halliday (1978, apud FAIRCLOUGH, 2001) como a função interpessoal. Halliday também distingue uma função 'textual', que diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário; tomadas como dadas ou apresentadas como novas; selecionadas como 'tópico'

ou 'tema'; como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes e à situação social fora do texto.

A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade — identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença —, mas também contribui para transformá-la.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada dialeticamente para evitar erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso, pois a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

A prática social tem várias orientações, tais como econômica, política, cultural, ideológica, e o discurso pode estar em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações.

Porém, é o discurso como modo de prática política e ideológica que interessa ao presente estudo. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas — classes, blocos, comunidades, grupos — entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

A produção de discurso é uma atividade em que figuram simultaneamente questões de forma e de significado de um texto. Sendo esse ambivalente e aberto a várias interpretações. Aliás, é importante destacar que Fairclough (2001, p.103-104) salienta quatro itens para análise textual: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. E distingue três outros itens na análise da prática discursiva: força dos enunciados, coerência dos textos e intertextualidade dos textos. Reunidos, esses sete itens constituem um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação, como também as propriedades formais dos textos.

Quanto à prática discursiva, ela compreende os processos de produção, distribuição e consumo de textos. A produção se dá de forma particular em contextos sociais específicos e o consumo se dá em contextos sociais diversos, o que pode ensejar interpretações variadas. Já a distribuição pode ser simples ou complexa (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107). O discurso político dos parlamentares está inserido nessa última classificação, visto que sua distribuição não está restrita apenas ao domínio da Câmara dos Deputados, pois o pronunciamento é transmitido pela *TV Câmara*, ficando registrado nos *Anais da Casa*, bem como disponível na Internet para consulta dos cidadãos.

Assim, o discurso como prática social desempenha importante papel nas relações sociais, construindo identidades, interferindo na forma de agir sobre o mundo e na forma de construir o mundo. Ele constrói a realidade e o conhecimento, sendo capaz de modificá-los. Tal concepção do discurso como constitutivo de identidade é ponto central da Análise de Discurso Crítica.

Fairclough considera que a vida social é feita de práticas, as quais envolvem configurações de diversos elementos da vida, portanto, diversos mecanismos. O discurso é apenas um dos elementos dessas práticas. Uma prática particular reúne elementos diferentes da vida em formas, locais e relações específicas, tipos particulares de atividade ligados de modo particular a materiais particulares e a situações no tempo e no espaço; pessoas com experiências, conhecimento e disposições particulares e relações sociais particulares; recursos semióticos particulares e modos de linguagem. Quando todos esses elementos são unidos em uma prática específica, são chamados de “momentos” daquela prática. Ele identifica quatro momentos principais da linguagem como prática social:

a - Os elementos da prática:

- ação, atividade;
- relações sociais (instituições, pessoas, poder);
- fenômenos mentais (crenças, ideologia, conhecimentos);
- discurso (reflexividade).

b - Relação dialética, articulação entre os elementos; entre o discurso e o social.

Assim, o discurso é visto como parte de uma atividade e de uma construção reflexiva da prática. Toda prática tem um aspecto discursivo em maior

ou menor grau de reflexividade. Essa pode contribuir para sustentar relações de dominação e funcionar ideologicamente.

1.1.1 Discurso Político: A Regulamentação dos Pronunciamentos

São numerosas e diversificadas as relações discursivas nas duas Casas do Legislativo. Quanto às sessões ordinárias da Câmara dos Deputados, de acordo com o artigo 155, do Regimento Interno da Câmara — RIC, realizam-se de segundas a quintas-feiras, às 14 horas e nas sextas-feiras às 9 horas, observadas as exigências de *quorum*.

Goffman (1975) argumenta que parte do comportamento cotidiano é semelhante ao de atores no palco, no sentido de que os indivíduos e os grupos estão constantemente representando uns para os outros.

As relações discursivas desenvolvidas no Parlamento, à semelhança do que ocorre no discurso jurídico ou no discurso acadêmico de defesa de tese, são bastante ritualizadas e protegidas. Nesse sentido, o discurso é marcado pelo comportamento solene, pelo controle explícito da palavra e da postura.

O conteúdo do tema dos pronunciamentos é quase sempre de natureza política, pelo menos no que concerne ao divisor governo *versus* oposição e pode ser desencadeado por assuntos relacionados à economia, à saúde, à justiça, à ecologia, à comunicação, aos transportes, à demografia, à habitação ou até mesmo a um fato de atualidade em evidência.

As relações de poder entre o orador e a platéias não estão regimentalmente marcadas, pois todos são igualmente parlamentares, mas, na verdade, elas se presentificam como em qualquer interação em alguns valores, tais como: na força da personalidade do parlamentar, no seu prestígio político, na sua idade, no seu tempo de casa, na sua cultura, nos cargos que já desempenhou, na sua capacidade de oratória, entre outros.

A autoria do discurso é sempre do orador, mas o discurso pode ter sido encomendado a assessores legislativos, evidentemente, nesse caso, aceito para leitura com o aval do orador, que poderá fazê-lo em voz alta no Plenário, memorizá-lo antes da apresentação em sessão, ou, ainda de maneira própria, apresentar seu pronunciamento de improviso.

Em seu transcurso, o pronunciamento pode ser inteiramente monológico ou pode apresentar pedido de aparte. O aparte é a inserção do diálogo no pronunciamento. Com base no regimento, o orador pode aceitar ou negá-lo.

Portanto, embora as trocas discursivas sejam bem regulamentadas e protegidas a fim de que se cumpra rotineiramente o processo interacional poderão ocorrer contratempos, embaraços e até ruptura da interação entre participantes.

1.2 Análise do Discurso

As abordagens de Análise de Discurso, investigadas neste estudo, estão divididas em dois grupos, segundo a natureza de sua orientação social para

o discurso, distinguindo-se abordagens não-críticas e críticas. Estas diferem daquelas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder, por ideologias e pelos efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença.

Potter e Wetherell (1987, apud FAIRCLOUGH, 2001) conceituam a Análise de Discurso como um método na psicologia social. Em primeiro lugar, mostram como a Análise de Discurso pode ser usada para estudar questões que têm sido abordadas tradicionalmente com outros métodos e, segundo, levantam a questão se a Análise de Discurso concerne, principalmente, à forma ou ao conteúdo do discurso.

A defesa da análise de discurso por Potter e Wetherell (1987, apud FAIRCLOUGH, 2001) como um método para psicólogos sociais baseia-se em um único argumento, sucessivamente aplicado a várias áreas fundamentais da pesquisa na psicologia social. Eles dizem que a psicologia social tradicional distorce e mesmo suprime propriedades-chave dos materiais lingüísticos que usa como dados; que o discurso é construtivo e, conseqüentemente, constitui objetos e categorias e que o que uma pessoa diz não permanece consistente de uma ocasião a outra, mas varia segundo as funções da fala.

Potter e Wetherell (1987, apud FAIRCLOUGH, 2001) contrastam a priorização do conteúdo em sua abordagem com a priorização da forma na teoria da acomodação da fala na psicologia social. Esta focaliza a maneira de como as

peças modificam a fala de acordo com a pessoa a quem falam e assim com a variabilidade da forma lingüística segundo o contexto e a função; enquanto na primeira eles abordam a variabilidade do conteúdo lingüístico. Em alguns casos, o foco é sobre o conteúdo proposicional dos enunciados e sobre os tipos de argumento nos quais as proposições funcionam.

A lingüística crítica é uma abordagem desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (FOWLER et al., 1979; KRESS e HODGE, 1979, apud FAIRCLOUGH, 2001). Eles tentaram associar um método de análise lingüística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria lingüística funcionalista associada a Michael Halliday (1978, apud FAIRCLOUGH, 2001) e conhecida como "lingüística sistêmica", em que são rejeitados dois dualismos prevalentes e relacionados na teoria lingüística: o tratamento dos sistemas lingüísticos como autônomos e independentes do uso da linguagem e a separação entre significado e estilo ou expressão, ou entre conteúdo e forma. Contra o primeiro dualismo, a lingüística crítica afirmada por Halliday é a de que "a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social" (HALLIDAY, 1973, apud FAIRCLOUGH, 2001) e argumenta que a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social. Contra o segundo dualismo, a lingüística crítica apóia a concepção de Halliday da gramática de uma língua como sistemas de opções, entre as quais os falantes fazem seleções segundo as circunstâncias sociais, assumindo que opções formais têm significados contrastantes e que as escolhas de formas são sempre significativas. A sociolingüística é criticada porque

meramente estabelece correlações entre linguagem e sociedade, em vez de buscar relações causais mais profundas, incluindo os efeitos da linguagem na sociedade: "a linguagem serve para confirmar e consolidar as organizações que a moldam" (FOWLER et al., 1979, apud FAIRCLOUGH, 2001).

De acordo com Halliday "A linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social, e a organização dos sentidos comportamentais deve propiciar percepção de suas fundações sociais" (HALLIDAY, 1973, apud FAIRCLOUGH, 2001).

Para a análise textual, os lingüistas críticos baseiam-se muito no trabalho da gramática sistêmica de Halliday (1985, apud FAIRCLOUGH, 2001), mas também em conceitos de outras teorias, como 'ato de fala' e 'transformação'. A lingüística crítica dedica-se à gramática e ao vocabulário dos textos. Há muita referência à transitividade, ao aspecto da gramática da oração ou da frase relacionado ao seu significado ideacional, ou seja, ao modo como representa a realidade. A gramática fornece diferentes 'tipos de processo' e 'participantes' associados como opções, e a seleção sistemática de um tipo de processo particular pode ser ideologicamente significativa.

Um foco adicional é sobre aspectos da gramática da oração que dizem respeito a seus significados interpessoais, isto é, um foco sobre o modo como as relações sociais e as identidades sociais são marcadas na oração (FAIRCLOUGH, 2001).

Na lingüística crítica há uma tendência a enfatizar demais o texto como produto e a relegar a segundo plano os processos de produção e interpretação de textos. Embora se diga que o objetivo da lingüística crítica seja a interpretação crítica de textos, dá-se pouca atenção aos processos e aos problemas da interpretação. Na prática, atribuem-se valores a estruturas particulares, tais como orações passivas sem agentes, de modo bastante mecânico. Mas os textos podem estar abertos a diferentes interpretações, dependendo do contexto e do intérprete, o que significa que os sentidos sociais do discurso, bem como as ideologias, não podem ser simplesmente extraídos do texto sem considerar padrões e variações na distribuição, no consumo e na interpretação social do texto. Pode ser que "a ideologia seja lingüisticamente mediada e habitual para um(a) leitor(a) aquiescente, não-crítico(a)" (FOWLER et al., apud FAIRCLOUGH, 2001), mas os leitores são freqüentemente críticos. Uma vez que a lingüística crítica tenha estabelecido sentidos sociais para um texto, há uma tendência a tomar os efeitos ideológicos como tácitos.

Uma outra limitação da lingüística crítica é que ela confere uma ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução social de relações e de estruturas sociais existentes e, conseqüentemente, negligencia tanto o discurso como domínio em que se realizam as lutas sociais, como a mudança no discurso, uma dimensão da mudança social e cultural mais ampla. Mas, geralmente, o que está em questão é a visão exclusivamente descendente do poder e da ideologia na lingüística crítica, que corresponde a uma ênfase encontrada também na abordagem althusseriana, do grupo de Pêcheux.

Recentemente, os lingüistas críticos fizeram sua própria crítica ao trabalho anterior (KRESS, 1989; FOWLER, 1988, apud FAIRCLOUGH, 2001). Desenvolveram abordagem um pouco diferente (HODGE e KRESS, 1988; KRESS e THREADGOLD, 1988, apud FAIRCLOUGH, 2001), que denominaram semiótica social em oposição à lingüística crítica, em que há preocupação com uma variedade de sistemas semióticos, como a linguagem, e com a inter-relação entre linguagem e semiose visual. Os processos discursivos de produção e interpretação textual tornaram-se preocupação central, e há mais atenção explícita ao desenvolvimento de uma teoria social do discurso, com uma orientação para a luta e a mudança histórica no discurso, que se centra em uma tentativa de desenvolver uma teoria do gênero de discurso.

Michel Pêcheux e seus colaboradores (PÊCHEUX et al., 1979; PÊCHEUX, 1982, apud FAIRCLOUGH, 2001) desenvolveram uma abordagem crítica à Análise de Discurso que, como a lingüística crítica, tenta combinar uma teoria social do discurso com um método de análise textual, trabalhando principalmente com o discurso político escrito.

A fonte principal da abordagem de Pêcheux na teoria social foi a teoria marxista de ideologia de Althusser (1971). Althusser enfatiza a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas. Ele também argumentou que longe de ser meramente idéias descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição, interpelação das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em posições de sujeito, enquanto,

ao mesmo tempo, dá-lhes a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a escola, a família ou o direito, que, na concepção de Althusser, funcionam como dimensões ideológicas do Estado, as quais ele chamou de "aparelhos ideológicos de estado" (AIEs).

A contribuição de Pêcheux a essa teoria foi desenvolver a idéia de que a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante. Ele usa o termo "discurso" para enfatizar a natureza ideológica do uso lingüístico. O discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência de materialidade lingüística na ideologia.

Um AIE pode ser concebido como um complexo de "formações ideológicas" inter-relacionadas, cada qual correspondendo aproximadamente a uma posição de classe no interior do AIE. Pêcheux sugere que cada posição incorpora uma "formação discursiva" (FD), um termo que tomou emprestado de Foucault. Uma FD é "aquilo que em uma dada formação ideológica... determina 'o que pode e deve ser dito'" (PÊCHEUX, 1982, apud FAIRCLOUGH, 2001). Isso é compreendido em termos especificamente semânticos: as palavras "mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as 'usa'" (PÊCHEUX et al., 1979, apud FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, embora duas diferentes formações discursivas possam ter determinadas palavras ou expressões em comum, as relações entre essas e outras palavras e expressões diferirão nos dois casos, e assim também diferirão os sentidos dessas palavras ou expressões partilhadas, porque é sua relação com as outras que determina seu sentido. Por exemplo,

militante significa coisas diferentes no discurso sindical (no qual poderia ser sinônimo de ativista e antônimo de apático) e no discurso conservador da direita (no qual poderia ser sinônimo de subversivo e antônimo de moderado).

Ademais, os sujeitos sociais são constituídos em relação às FDs particulares e seus sentidos; essas FDs são, de acordo com Pêcheux, faces lingüísticas de domínios de pensamento sociohistoricamente constituídos na forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito e simultaneamente junto com ele o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar (PÊCHEUX, 1982, apud FAIRCLOUGH, 2001).

1.3 Ideologia

Marilena Chauí (1994) explica como Marx e Engels formularam um conceito de ideologia. Para eles, o homem se distingue dos animais não porque tenham consciência — como dizem os ideólogos burgueses —, mas porque produzem as condições de sua própria existência material e espiritual, são o que produzem e como produzem. De acordo com a autora, a ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais.

Conforme os estudos sobre ideologia desenvolvidos na Alemanha, as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a

ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual (CHAUÍ, 1994).

Ao analisar a reprodução das condições de produção que implica a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes, força do trabalho (mercadoria) *versus* capital (matéria-prima, tecnologia etc), Althusser é levado a distinguir os Aparelhos Repressivos do Estado (Governo, Exército, polícia, Tribunais etc.) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

Como Marx, Althusser acreditava que a estrutura da sociedade tinha como base níveis de produção: infra-estrutura ou base econômica e superestrutura relacionada à ideologia presente nos setores jurídico-político, religioso e moral.

Em suma, a ideologia se materializa nos aparelhos ideológicos de Estado. Com esses instrumentos conceituais, Althusser avança sua tese. A escola é o mais importante instrumento das relações de reprodução capitalistas.

Thompson (1995, p. 219), afirma que:

A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós.

Portanto, para o autor o aparelho ideológico mais eficiente na sociedade moderna é a mídia.

O conceito de ideologia é fundamental para a Teoria Social do Discurso e para Análise do Discurso Crítica. Fairclough (2001) aponta o discurso como prática política e ideológica e o situa em relação à ideologia e ao poder. Nas práticas discursivas, há ideologias embutidas que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação nas relações de dominação.

Thompson distingue dois tipos gerais de concepção de ideologia: concepções neutras e críticas. As primeiras tentam caracterizar fenômenos como ideologia, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados a interesses de algum grupo específico. Conforme essa concepção, ideologia é, em princípio, acessível a qualquer pessoa que tenha recursos e habilidades de adquiri-la e empregá-la. Já as concepções críticas de ideologia, possuem sentido negativo, crítico ou pejorativo e implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia é enganador, ilusório ou parcial (THOMPSON, 1995, p. 72-3).

A análise da ideologia, de acordo com a concepção de Thompson, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder (Idem, p. 75-6).

Para desenvolver sua relação de ideologia, ele destaca três aspectos: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. O sentido estudado é o das formas simbólicas, ações, falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos, que estão inseridas em contextos e processos socialmente estruturados, nos quais existem diferenças na distribuição e no acesso a recursos de vários tipos. Isso faz com que as pessoas, de acordo com a localização social delas, tenham mais ou menos poder (socialmente e institucionalmente) para tomar decisões, atingir seus objetivos e interesses. Quando há relações “sistematicamente assimétricas” estabelecidas, há dominação.

Somente observando a interação entre sentido e poder nas situações concretas da vida social é que saberemos como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações da dominação.

Para esse estudo, Thompson distingue cinco modos gerais de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Entre eles, destacam-se a legitimação e a fragmentação que serão úteis na análise das estratégias de construção simbólica presentes nos discursos objetos deste estudo.

Segundo Thompson, relações de dominação podem ser mantidas por meio da legitimação, em que as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como

justas e dignas de apoio. Outro modo, por meio do qual a ideologia pode operar é a fragmentação, em que as relações de dominação podem ser mantidas segmentando os indivíduos e grupos que possam se transformar num desafio real aos grupos dominantes. Uma das estratégias da fragmentação chama-se diferenciação, por meio da qual se dá ênfase às diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. A outra estratégia chama-se o expurgo do outro que faz com que um alvo seja projetado como mau, perigoso e ameaçador e constrói um inimigo contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.

1.4 Argumentação

Outro pressuposto teórico desta pesquisa são os estudos da argumentação. Koch (2004) afirma que, por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade —, o homem tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que esse compartilhe das suas opiniões. Assim, não existe discurso neutro, pois a todo discurso subjaz uma ideologia, e o ato de argumentar — de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões — constitui ato lingüístico fundamental, indispensável na interação social (KOCH, 2004, p. 17).

Segundo Tavares (2001), todo texto argumentativo visa à adesão de determinado auditório: o locutor busca envolver seus interlocutores para que esses aceitem o seu ponto de vista.

O ato de convencer é uma forma de manipulação psicológica e é muito utilizada pelos políticos.

Pode-se também convencer com a ajuda de métodos mais suaves. A sedução é freqüentemente usada para levar o outro, ou até públicos inteiros, a partilhar determinado ponto de vista. Leva-se assim o público a pensar como o orador porque ele é sedutor (BRETON, 1999, p. 9).

Segundo Breton, a sedução tem seus charmes e é apropriada para muitas situações e que há inúmeros casos, sobretudo nos debates provocados pela democracia, em que convencer pode estar ligado essencialmente ao uso de raciocínios que levam em conta o auditório. Outro aspecto importante abordado pelo autor é o de que saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade.

Ele distingue os níveis da argumentação em:

a - “opinião do orador”, que pertence ao domínio do verossímil, de uma idéia ou de um ponto de vista;

b - “orador”, aquele que, dispondo de uma opinião, coloca-se na postura de transportá-la até um auditório e submetê-la a este auditório, para que ele partilhe dela;

c - “argumento”, que se trata da opinião utilizada para convencer;

d - “auditório”, que o orador quer convencer a aderir à opinião que ele propõe;

e - “contexto de recepção”, que se trata do conjunto de opiniões, dos valores, dos julgamentos partilhados por um auditório.

1.4.1 Articulações dos argumentos

De acordo com Tavares (2001), a necessidade de convencer a platéia leva o locutor a escolher argumentos que corroborem a sua tese ou que invalidem outras posições, contraditórias à sua e que possam emergir em seu texto. Por isso, a seleção de dados é de extrema importância no processo de construção no discurso argumentativo.

O significado dos dados selecionados direciona a interpretação do texto segundo as intenções do autor, mas são também as associações suscitadas pela inserção desses dados em um contexto que constroem sua argumentatividade implícita.

1.4.2 Metáfora

Para Tavares (2001), a metáfora aparece como outro mecanismo utilizado pelo locutor, sendo que ela não será entendida como figura de linguagem utilizada para embelezar o texto ou comparação abreviada que introduz nova significação a uma determinada palavra. Como processo argumentativo, devemos vincular o conceito de metáfora à questão da analogia.

É importante salientar que a força da metáfora como argumentação está no fato de que, ao diluir os limites entre dois elementos, ela diminui o caráter

opinativo da analogia, ou seja, a metáfora apresenta as semelhanças como um dado e não como uma sugestão, conforme ocorre na analogia.

É preciso frisar, mais uma vez, que, apesar de todos os mecanismos argumentativos utilizados na construção de seu discurso, o locutor não possui total controle sobre as interpretações do interlocutor. Segundo Maingueneau (1997, apud TAVARES, 2001), é constitutivo do sentido de um enunciado pretender orientar a seqüência do discurso em certa direção, reivindicar certo limite que impõe ao destinatário pela sua própria enunciação. Isso não significa, evidentemente, que o interlocutor não possa escapar a esse limite. O locutor, para estabelecer esse limite, vai utilizar-se, entre outros mecanismos, dos operadores argumentativos que podem ser entendidos como os condutores da força argumentativa dos enunciados.

1.5 Argumentação e Autoridade Polifônica

Koch (2004, p. 140-145) apresenta a noção de polifonia que pode ser definida como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadore ou personagens discursivos, ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral.

Bakhtin, quando caracteriza como polifônico o romance de Dostoiewski, passa a designar, assim, o coro de vozes que se manifesta normalmente no discurso, visto ser o pensamento do outro constitutivo do nosso, não sendo possível separá-los radicalmente.

A autora destaca alguns importantes elementos de argumentação:

a - Pressuposição

Explica-se melhor o uso retórico da pressuposição, que consiste em apresentar como já sendo do conhecimento público ou como fazendo parte do saber partilhado entre o locutor e o(s) alocutário(os), justamente aquilo que se deseja veicular.

b- Negação

Todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo de outro enunciador, incorporado ao discurso de um locutor.

c - O uso da forma verbal futuro do pretérito

O locutor atribui a asserção a terceiros que se fazem presentes no seu discurso, o que lhe permite manter maior distanciamento com relação a ela, não assumindo a responsabilidade pelo que é asseverado.

d - Emprego de expressões tipo “parece que”

Apresenta características semelhantes às de enunciados que contém verbos no futuro do pretérito.

e - Utilização de certos operadores argumentativos

Proposições introduzidas por SE, no chamado “paradoxo condicional”, em que não há conexão real entre o antecedente e o conseqüente e consiste em

modo enfático ou humorístico de se negar o antecedente, cuja asserção é obviamente falsa.

1.6 Intertextualidade

O termo 'intertextualidade' foi apresentado por Kristeva no final dos anos 1960, no contexto de suas influentes apresentações para audiências ocidentais do trabalho de Bakhtin (KRISTEVA, 1986, apud FAIRCLOUGH, 2001).

Embora o termo não seja de Bakhtin, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual para a análise de textos era o tema maior de seu trabalho ao longo de sua carreira acadêmica e estava estreitamente ligado a outras questões importantes incluindo sua teoria do gênero (BAKHTIN 1986, apud FAIRCLOUGH, 2001).

Bakhtin destaca a omissão relativa quanto às funções comunicativas da linguagem pelos ramos principais da lingüística e mais especificamente a omissão do modo como os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão respondendo e por textos subseqüentes que eles antecipam. Para o autor, todos os enunciados, tanto na forma oral quanto na escrita, do mais breve turno numa conversa a um artigo científico ou romance, são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores. Ou seja, todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos:

nossa fala...é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reafirmamos (BAKHTIN, 1986, p. 89, apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 134).

Kristeva observa que intertextualidade implica "a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história" (1986, apud FAIRCLOUGH, 2001). Por "inserção do texto na história", ela quer dizer que o texto responde, reafirma e reatualiza textos passados e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes. Essa historicidade inerente aos textos permite-lhes desempenhar os papéis centrais que têm na sociedade contemporânea no limite principal da mudança social e cultural. A rápida transformação e reestruturação de tradições textuais e ordens de discurso é extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a intertextualidade deve ser foco principal na Análise de Discurso.

A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes, gêneros, discursos, para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais. Ela é socialmente limitada, restringida e condicional conforme as relações de poder. A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com

uma teoria de relações de poder e de como elas moldam e são moldadas por estruturas e práticas sociais. A combinação da teoria da hegemonia com a intertextualidade não só pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e de estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e de reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo.

A intertextualidade implica ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e freqüentemente contraditórios que contribuem para compor um texto. Os textos variam muito em heterogeneidade e dependem se suas relações intertextuais são complexas ou simples. Os textos também diferem na medida em que seus elementos heterogêneos são integrados, e também na medida em que sua heterogeneidade é evidente na superfície do texto (FAIRCLOUGH, 2001).

Os textos podem ou não ser reacentuados, ou seja, eles podem ou não recorrer ao estilo ou ao tom predominante (irônico ou sentimental) do texto circundante. Ou novamente, os textos de outros podem ou não ser fundidos com suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém, por meio da pressuposição. Desse modo, textos heterogêneos podem ter superfície textual desigual e acidentada, ou relativamente regular.

A intertextualidade é fonte de muita ambivalência dos textos. Se a superfície de um texto pode ser multiplamente determinada pelos vários outros textos que entram em sua composição, então os elementos dessa superfície textual não podem ser claramente colocados em relação à rede intertextual do texto e seu sentido pode ser ambivalente; diferentes sentidos podem coexistir e pode não ser possível determinar o sentido. A fala do outro pode ser representada no que é tradicionalmente chamado discurso indireto (FAIRCLOUGH, 2001).

Portanto, quem lê deve identificar, reconhecer, entender a remissão a outras obras, textos ou trechos. As obras científicas, as monografias, as dissertações, as teses, por exemplo, remetem explicitamente a autores reconhecidos, que corroboram os pontos de vista defendidos. Nossa compreensão de um texto depende, assim, de nossas experiências de vida, de nossas vivências, de nosso conhecimento de mundo, de nossas leituras. Quanto mais amplo o cabedal de conhecimento do leitor, maior será sua competência para perceber que o texto dialoga com outros, por meio de referências, alusões ou citações e mais ampla será sua compreensão.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

A relevância da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida (HABERMAS, 1996, apud FLICK, 2004, p. 17). Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Os defensores do pós-modernismo, era das grandes narrativas e teorias, chegou ao final: as narrativas agora devem ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais (FLICK, 2004, p. 17).

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção e de conhecimento e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2004, p. 20).

Para Bortz (apud FLICK, 2004, p. 20), o critério para a avaliação do objeto de pesquisa consiste em definir se os métodos disponíveis podem ou não ser empregados para estudá-lo. Uma segunda solução é levar em conta condições contextuais em planos complexos de pesquisa quantitativa. A terceira forma de resolver o problema é buscada na pesquisa qualitativa: planejar métodos tão abertos que façam justiça à complexidade do objeto em estudo (FLICK, 2004, p. 21).

A pesquisa qualitativa trabalha, sobretudo, com textos. Métodos para a coleta de informações produzem dados que são transformados em textos por gravação e transcrição. O processo da pesquisa qualitativa pode ser representado como uma trajetória que parte da teoria em direção ao texto e outra do texto de volta para a teoria (FLICK, 2004, p. 21).

Na trajetória da teoria ao texto, além de empregar textos como material empírico, a pesquisa qualitativa trata das construções da realidade, suas próprias construções, e, especialmente, das construções que encontra no campo ou nas pessoas que estuda (FLICK, 2004, p. 22).

A pesquisa qualitativa trabalha essencialmente com dois tipos de dados. Os dados verbais são coletados em entrevistas semi-estruturadas ou como narrativas, às vezes com a utilização de grupos em vez de indivíduos (FLICK, 2004, p. 27).

A pesquisa qualitativa é orientada para a análise dos dados concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. Portanto, a pesquisa qualitativa está em condições de traçar caminhos para a psicologia e as ciências sociais concretizarem as tendências mencionadas por Toulmin, de transformá-las em programas de pesquisa e de manter a flexibilidade necessária em relação a seus objetos e tarefas (FLICK, 2004, p. 28).

2.2 Delineamento da pesquisa: geração de dados, redação e análise

Na investigação social existem quatro dimensões que descrevem o processo de pesquisa em termos de combinações de elementos: primeiro, há o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos, tais como o levantamento por amostragem; a observação participante; os estudos de caso; os experimentos e quase experimentos. Segundo, há os métodos de coleta de dados, tais como a entrevista; a observação e a busca de documentos. Terceiro, há o tratamento analítico dos dados, tais como a análise de conteúdo, a análise retórica, a análise de discurso e estatística. Finalmente, os interesses de conhecimento referem-se à classificação de Habermas sobre o controle, a construção de consenso e a emancipação dos sujeitos do estudo (BAUER; GASKELL, 2003, p.18-19).

2.3 Modos e meios de representação: tipos de dados

O mundo em si mesmo é constituído por processos de comunicação (BERGER & LUCKMANN, 1979; LUCKMANN, 1995; apud BAUER & GASKELL, 2003, p. 18). A pesquisa social, portanto, apóia-se em dados sociais — dados sobre o mundo social — que são o resultado e são construídos nos processos de comunicação.

Existem dois modos de dados sociais: comunicação informal e formal. Além disso, distinguem-se três meios, pelos quais os dados podem ser construídos: texto, imagem e materiais sonoros. A comunicação informal possui algumas poucas regras explícitas: as pessoas podem falar, desenhar ou cantar do

modo que queiram. Dados informais são gerados menos conforme as regras de competência, tais como capacidade de escrever um texto, pintar ou compor uma música, e mais do impulso do momento, ou sob a influência do pesquisador.

Por outro lado, existem ações comunicativas altamente formais, no sentido de que a competência exige um conhecimento especializado. Por exemplo, as pessoas necessitam de treino para escrever um artigo de jornal, para produzir desenhos para um comercial ou para criar um arranjo para uma banda popular ou para uma orquestra sinfônica. A comunicação formal segue as regras do conhecimento formal (BAUER & GASKELL, 2003, p. 20).

Os dados formais reconstróem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Por exemplo, um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário, elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador dessa visão de mundo. O que uma pessoa lê, olha, ou escuta, coloca essa pessoa em uma determinada categoria e pode indicar o que uma pessoa pode fazer no futuro. Categorizar o presente, e, às vezes, predizer futuras trajetórias é o objetivo de toda pesquisa social (BAUER; GASKELL, 2003, p. 22).

Portanto, a realidade social pode ser representada de maneiras informais ou formais de comunicar e o meio de comunicação pode ser composto de textos, imagens ou materiais sonoros (BAUER; GASKELL, 2003, p. 22).

2.4 Técnica de Pesquisa

A metodologia adotada neste estudo será a Pesquisa Qualitativa, pois é mais eficiente para interpretar a realidade social inserida nos textos em estudo.

E o enfoque qualitativo foi escolhido para, após a análise dos discursos, responder ao questionamento:

Qual é a importância da intertextualidade no discurso político parlamentar?

Os discursos políticos dos Parlamentares, um do Distrito Federal e outro da Bahia, serão analisados por meio da observação crítica da conjuntura dos discursos políticos a fim de obter uma visão do quadro da política social em que o discurso se localiza, ou seja, observar o tempo, o espaço e os processos de produção, avaliando a prática social do discurso político, por meio da investigação da estrutura, dos gêneros, dos textos e vozes as quais o discurso recorre, bem como os elementos lingüísticos presentes no texto.

Também será destacada a intertextualidade presente nos textos, e farão parte da análise dos discursos algumas categorias analíticas apresentadas por Koch (2004):

1 Recursos argumentativos presentes no nível lingüístico fundamental (constitutivos do sentido) – retórica integrada:

1.1 Tempos verbais – mundo comentado e mundo narrado

1.2 Advérbios e expressões atitudinais

1.3 Índices de avaliação

1.4 Indicadores ilocucionários

1.5 Indicadores modais (de modalidade): verbos, advérbios, expressões, torneios sintáticos, etc.

1.6 Pressuposições

1.7 Operadores argumentativos

1.8 Índices de polifonia

2 Recursos retóricos ou estilísticos de segundo nível – retórica aplicada (“acrescentada”), decorrentes da aplicação de leis do discurso ou de outros tipos de mecanismos que operam em diferentes níveis de significação:

2.1 Ironia e metalogismos em geral

2.2 Seleção lexical: oposições, jogos de palavras, metáforas, reiteraões, etc.

2.3 Argumentos de autoridade (raciocínio de autoridade)

2.4 Questões retóricas

2.7 Comparações

2.8 Uso retórico da pressuposição

2.9 Apresentação das explicitações ou argumentos que se pretende ressaltar ou sobre os quais se deseja chamar a atenção, sob forma de termos ou orações intercaladas ou acessórias do ponto de vista gramatical.

2.10 Paralelismo sintático e rítmico (similicadência)

3 ANÁLISE DO DISCURSO

Este capítulo trata da análise do discurso político e é de suma importância para a conclusão deste trabalho. Nos dois discursos em análise, são destacados os aspectos mais relevantes do arcabouço proposto no referencial teórico. Os discursos analisados são políticos, de cunho argumentativo e ideológico.

Para uma melhor organização deste estudo, optou-se por analisar separadamente cada discurso, buscando destacar a intertextualidade proposta por Bakhtin, a ideologia proposta por Thompson e as categorias analíticas dos recursos argumentativos e retóricos propostas por Koch (2004).

O primeiro discurso foi proferido no dia 07 de março de 2006, pelo Deputado Federal José Thomaz Nonô, do PFL, da Bahia, o qual faz duras críticas ao atual Governo brasileiro e cita as revistas *Veja*, *IstoÉ* e a Bíblia. Portanto, apresenta recursos da intertextualidade.

O segundo discurso foi proferido no dia 15 de maio de 2006, pelo Deputado Federal Alberto Fraga, do PFL, do Distrito Federal, e também faz muitas críticas ao Governo, mas o seu foco é a segurança pública. Esse orador também utiliza operadores argumentativos, cita a *Rede Globo de Televisão* e a revista *Veja* para reforçar o seu pensamento. Assim, também apresenta recursos da intertextualidade.

3.1 Análise da Intertextualidade e Ideologia no discurso nº 01 (Deputado José Thomaz Nonô)

Vejamos como ocorre a intertextualidade nesse discurso.

Linha 8 – “A revista diz que Palocci...”.

Linha 15 – O Dr. Buaratti diz textualmente...”

Linha 32 – “Esta lá na revista:...”

Linha 33 – “Seis paus é a expressão que a revista usa”.

Nos trechos apresentados, nota-se a utilização da autoridade polifônica e da intertextualidade para reforçar a idéia do autor por meio do discurso de autoridade. O orador recorre à revista por ser um veículo de informação amplamente conhecido e respeitado no país. Assim, ocorre a utilização da legitimação do discurso do orador. A legitimação, segundo Thompson (1995), são as relações de dominação que podem ser estabelecidas e sustentadas como legítimas, ou seja, como justas e dignas de apoio.

Linha 11 – “...tem que começar a ter...”

Linha 52 – “É necessário apurar...”

Nesses trechos, apresenta-se a utilização do modalizador deôntico para indicar o grau de imperatividade, expressar a opinião do que a oposição deve fazer. Isso demonstra a presença da legitimação, pois o orador quer persuadir o outro e mostrar que suas idéias são justas e legítimas.

Linhas 12 e 13 – “desonesto, pouco importa se Ministro, pouco importa se Presidente, pouco importa que cargo exerça”.

Com a utilização de repetições, reiteraões dos adjetivos, o orador reforça sua idéia. Ele se utiliza da fragmentação, um modo de operação da ideologia, pois ele crê que há um inimigo quando se refere a desonesto que pode ser Ministro, Presidente ou qualquer um que exerça cargo político e precisa ser expurgado da sociedade. A fragmentação, segundo Thompson, são relações de dominação mantidas segmentando indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes ou com a construção de um inimigo retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente.

Linha 7 – “Uma matéria da *Veja* particularmente me incomoda.”

Linha 13 – “Não pode conduzir...”

Nesses trechos, o autor utiliza juízo de valor, pois a idéia apresentada é uma opinião sua. Com esse recurso, ele reforça seu pensamento, baseia seu discurso em uma notícia que o incomoda e tenta convencer a opinião pública de que os desonestos não podem conduzir a política econômica do país. Há clara referência de que quem é desonesto corresponde aos que ocupam cargos do Governo.

Linhas 23 e 24 – “...e estranho que ninguém do Governo fale nada sobre isso.”

A frase utilizada pelo orador apresenta o uso retórico da pressuposição, que consiste em mostrar que ele acha estranho que ninguém do Governo fale nada sobre o assunto, já que as notícias citadas no texto foram divulgadas amplamente pelos meios de comunicação. Portanto, há insinuação do que ele pensa e tentativa de envolver os ouvintes ao seu questionamento, trata-se de uma forma clara de legitimação de seu discurso.

3.2 Análise da Intertextualidade e Ideologia no discurso nº 02 (Deputado Alberto Fraga)

Poderemos observar a intertextualidade desse discurso nas seguintes linhas.

Linha 8 – “...bandidos espalhando terror em São Paulo.”

Linha 35 – “Sou da paz”.

Linha 44 – “Isso é uma vergonha!”

Linhas 71 e 72 – “...a revista *Veja* trouxe denúncia que o Presidente Lula seria dono de conta no exterior”.

Linhas 78 e 79 – “Nada foi provado”

Nos trechos apresentados, observa-se a utilização de autoridade polifônica, de intertextualidade, para enfatizar a idéia do autor por meio do discurso de autoridade. São frases citadas ou por um meio de comunicação ou por alguém que tenha credibilidade. Elas reforçam a crítica que o orador faz da

situação da segurança pública em São Paulo e também ao Presidente da República, devido às denúncias publicadas. Aliás, utiliza uma revista de grande repercussão que enfatiza o seu discurso e lhe dá maior credibilidade. Todos os recursos se agrupam para legitimar o discurso do orador, tornando-o verdadeiro para quem o ouve.

Linha 30 – “... precisa é pagar...”

Linha 39 – “... tem de ser trabalhando”.

Nessas linhas, o orador utilizou o modalizador deôntico para atribuir imperatividade às sentenças. Ele está afirmando o que deve ser feito, tenta reforçar sua idéia, o que demonstra que o autor crê que sua opinião é justa e digna de apoio e ao lançar mão desses modalizadores não dá ao ouvinte a possibilidade de discordância, já que as ações “precisam” e “tem” de ser realizadas. Assim, apresenta uma relação de dominação por legitimação.

Linhas 37 a 39 – “Vamos dar direitos...”

Linha 43 – “...gente dessa laia.”

Linhas 44 a 45 – “Por isso o País está desse jeito, e a vida dos policiais parece descartável”.

Linhas 55 a 56 – “Policial, se você...”

Linhas 65 a 66 – “Pelo visto...”

Linhas 67 a 69 – “... os fatos dão a entender...”

Nesses trechos, há presença de relação de dominação por fragmentação. O orador tenta persuadir os ouvintes com suas idéias. Ele divide a sociedade entre os que cometem ou não crime. Em sua opinião, os policiais não devem ser descartáveis. Há pressuposição de um problema que deve ser solucionado. Além disso, supõe que há algo estranho em São Paulo, já que o Estado investe em segurança pública e não haveria razão para tantos problemas nesse setor. O orador envolve o leitor ou ouvinte a refletir sobre o assunto. Portanto, há a defesa de uma categoria profissional e há um inimigo que a ameaça.

Linhas 5 a 6 – “Na minha opinião, o de ontem foi o pior Dia das Mães...”

Linhas 82 a 83 – “digo...”

Linhas 83 a 85 – “Tenho dó...”

Nesses trechos, o autor utiliza juízo de valor, pois apresenta uma opinião. Com esse recurso, o orador apresenta traços da relação de dominação por fragmentação, pois reforça sua opinião e tenta convencer a opinião pública de que é preciso respeitar a instituição que defende a sociedade. Para ele, o Dia das Mães foi o pior porque os bandidos estavam espalhando terror em São Paulo. A palavra “dó” é muito forte, é utilizada para sensibilizar as pessoas que os cidadãos paulistas estão desamparados e precisam de um guardião. Ao se referir a paulistas, ele exclui as outras pessoas e também dá fortes indícios da presença de um inimigo que ameaça a instituição e que é preciso fazer algo.

3.3 Análise dos Recursos Argumentativos de Koch no discurso nº 01 (Deputado José Thomaz Nonô)

Observam-se os seguintes recursos argumentativos no discurso nº 01.

Linha 2 – “A revista *Veja* desta semana é...”

Nessa linha, o orador utiliza o verbo na terceira pessoa do singular do indicativo. Trata-se do tempo do mundo comentado. O autor baseia todo o seu discurso nessa afirmação para dar sua opinião contra o que está acontecendo em São Paulo, com relação à segurança pública e também contra o Governo.

Linha 8 – “A revista diz que Palocci se manteve...”

Nesse trecho, o autor utiliza o verbo na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito, portanto, tempo do mundo narrado. Esse recurso é utilizado para descrever um acontecimento que a revista divulgou. Trata-se de uma notícia de impacto para o seu discurso, pois se trata de algo que o Ministro fez de errado.

Linha 9 – “...vigorosa...”

Linha 14 – “...desonesto”.

Linha 38 - “...pornográficas”.

Linhas 48 e 49 – “...imensa...”, “...fulgurantes...”

As palavras utilizadas pelo orador, adjetivos, substantivos são formas de enriquecer as frases e o discurso como um todo. Esses índices de avaliação

acrescentam e reforçam as críticas que ele faz contra o Governo. Esse recurso argumentativo é muito importante para influenciar a opinião do leitor ou do ouvinte.

Linha 4 – “...no mínimo...”

Linha 5 – “...não apenas, mas também...”

Linha 21 – “E mais...”

Linha 34 – “...se...”

Linhas 3, 31 e 36 – “...mas...”

Nesses trechos, o orador utiliza alguns operadores argumentativos. “No mínimo” foi uma expressão utilizada para reforçar a conclusão; “não apenas e mas também” a inclusão de uma outra revista de credibilidade nacional; “e mais” foi uma expressão para acrescentar uma idéia; “se” indica pressuposição e “mas” palavra utilizada como descritiva e para fazer oposição. São estratégias importantes para dar mais coesão ao texto e enfatizar seu pensamento.

Linha 27 – “...aquele...”

Linha 52 – “o aiatolá Luiz Inácio Lula da Silva...”

Nesses trechos, foi utilizada a ironia. Trata-se de um recurso retórico. Ao dizer “aiatolá”, ele faz uma crítica ao Presidente da República, como se ele fosse uma pessoa com poderes superiores ao que possui, e ao dizer “aquele” ele deixa subentendido e deprecia a imagem do Presidente. É um instrumento importante para envolver o leitor e o ouvinte de sua opinião de oposição.

Linhas 55 a 56 – “E quem perdoará S. Exa., chefe maior de toda essa operação?”

Essa pergunta é uma questão de retórica, porque o orador joga a pergunta no ar. É um instrumento utilizado como forma de chamamento da população a tomar uma posição desde que seja contra o Presidente da República, já que houve ampla divulgação dos problemas em seu Governo. Aliás, termina o seu discurso com essa pergunta como forma de impressionar e defender sua opinião.

Linha 3 – “A *Veja* não é a Bíblia”.

Utilização de outro recurso retórico. O autor faz a comparação entre 2 importantes meios de comunicação, uma revista e um livro, que têm repercussão e muitas pessoas têm acesso. O orador destaca a importância da Bíblia e quer dizer que a revista pode não ter a dimensão que tem o livro sagrado, mas também tem muita importância e credibilidade.

Linhas 26 a 27 – “... oposição leniente, da oposição camarada, quero dizer que não sou camarada com roubalheira de ninguém”.

Linhas 27 a 28 – “Enquanto aquele que nada sabe, que nada vê que nada ouve...”

Linha 31 – “...mar de lama”.

Linhas 38 e 39 – “atrás do outro, um furto atrás do outro, uma roubalheira atrás da outra.

Linhas 45 a 46 – “...é por isso...é por isso...”

Linhas 50 a 51 – “...cada gabinete, em cada Ministério, em cada empresa...”

O orador utilizou-se nessas linhas dos recursos retóricos, de seleção lexical como jogos de palavras, da metáfora para enriquecer a frase, de repetições, nos quais há grande valor persuasivo a fim de monitorar a coerência, favorecer a coesão, gerar seqüências mais compreensíveis, dar continuidade à organização tópica e auxiliar na atividade interativa.

Linhas 3, 6, 13, 16, 25, 26, 30, 42, 43, 52, 53 e 54 – “...não...”

A utilização da negação nesses trechos demonstra a presença de pressuposição, recurso que remete ao leitor ao conhecimento prévio dos fatos. Assim, é importante para tornar as frases mais completas e mais persuasivas.

Linhas 41 a 42 – “Tenho a certeza do que vamos ouvir aqui...”

O autor utiliza nessas linhas paralelismo sintático o que contribui para maior organização do texto e coerência do seu pensamento. Ele insinua que mesmo com as denúncias divulgadas, alguém do PT vai defender o Ministro do Governo. Mostra um forte argumento para fortalecer a sua oposição ao que foi noticiado.

3.4 Análise dos Recursos Argumentativos de Koch no discurso nº 02 (Deputado Alberto Fraga)

Observam-se os seguintes recursos argumentativos no discurso nº 02.

Linha 3 – “...tenho...”

Linha 21 – “Faço aqui uma acusação direta ao Ministro da Justiça e ao incompetente Governo do PT”.

Nesses trechos, houve a utilização de verbos na terceira pessoa do singular. Importante recurso argumentativo para afirmar, para acusar categoricamente, descrever um acontecimento e enfatizar que diariamente fala sobre o assunto.

Linha 5 – “...ontem foi...”

Linhas 49 a 50 – “Foi impressionante!”

Linhas 62 e 63 – “O Sr. Ministro da Justiça contribuiu para a exacerbação desse quadro quando reduziu...”

O autor utilizou verbos na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito, portanto, trata-se do tempo do mundo narrado. Com esse recurso, ele descreve pequenos acontecimentos, passados, e importantes para dar seqüência e embasamento ao seu discurso.

Linha 5 – “...novamente”.

Nessa frase, o orador utiliza advérbio, expressão atitudinal, para reforçar o seu pensamento, para mostrar que se trata de um problema não resolvido e que se faz necessário ele voltar a falar do assunto.

Linha 7 – “...televisões, rádios e jornais mostraram...”

Linha 22 – “...incompetente...”

Linha 35 – “...bobalhão...”

Linha 47 – “...oportunistas...”

Linha 77 - “ ... corrupto...”

Nesses trechos, o orador utiliza substantivos ao se referir aos meios de comunicação para enfatizar o papel que possuem ao divulgar o que aconteceu em São Paulo no Dia das Mães. Apresenta alguns adjetivos que são importantes para enfatizar e tornar clara sua posição de verdadeiro menosprezo ao Governo, aos defensores dos direitos humanos e ao Ministro.

Linhas 8, 31, 39 e 55 – “...se...”

Linhas 30 e 46 – “Enquanto...”

Linhas 16, 39, 51, 67 e 84 – “...mas...”

Linha 53 – “Aliás...”

Linha 71 – “Ainda...”

Nesses trechos, a utilização dos operadores argumentativos serviu para realçar a idéia do autor. A utilização do “se” indica pressuposição e um modo enfático de criticar o bandido e a situação do policial. A presença do “enquanto” é essencial para um fato que está acontecendo e precisa de mudanças urgentes. O “mas” é um recurso marcador de oposição, descritivo, útil para evidenciar que apesar do que diz a imprensa, de haver uma proposta que está parada na Câmara dos Deputados os policiais estaduais são os guardiões. O “aliás” é um operador que faz uma introdução de maneira sutil, mas decisiva. Após ter feito várias críticas, parabeniza uma rede de TV, aliás, de grande repercussão, a *Rede Globo de Televisão*, com relação às Polícias Militar e Civil. E o “ainda” é utilizado para mostrar uma continuidade do assunto.

Linha 12 – “... o pagador de impostos...”

Nessa linha, a utilização da paráfrase foi marcante para não ficar repetitivo. Ele substitui o cidadão brasileiro por uma expressão que faz com que o leitor e o ouvinte reflitam sobre a situação da população que tem deveres, mas não cobram das autoridades providências da atual situação da segurança pública.

Linha 20 – “Vejam a que ponto chegamos!”

Linha 27 – “Vamos ver...”

Linha 33 – “Seus desocupados!”

Linhas 74 e 75 – “Vão processar a revista *Veja!*!”

Linha 76 – “Quero ouvir os discursos sem graça...”

Os trechos apresentam ironia, uma estratégia utilizada pelo orador para criticar o Governo e os defensores dos direitos humanos. Trata-se de um recurso retórico aplicado para envolver a opinião dos leitores ou dos ouvintes, tentando persuadi-los para que comunguem de suas idéias de oposição à atual situação. Por fim, ele valoriza as informações veiculadas por um importante órgão de imprensa a revista *Veja*, pois ele acha um absurdo que processem a revista, já que ela está denunciando o Governo.

Linha 35 – “Para falar o quê? Que o País está...”

Linhas 40 a 42 – “... o que mais se pode querer?”

São questões de retórica. Trata-se de uma forma de chamamento da população a participar de seu discurso de oposição. Pois ele argumenta que o país está mergulhado na insegurança, critica os defensores dos direitos humanos, diz que os bandidos têm muitas regalias e que a Constituição dá certas garantias aos presos. Portanto, ele deixa para os ouvintes e leitores questionamentos que enfatizam sua indignação com a situação da segurança pública.

Linhas 50 a 52 – “Quando matam um policial dizem que o fato é grave, mas, quando o policial mata o bandido, a imprensa cai sobre a Polícia”.

Essa frase apresenta comparação, um recurso retórico utilizado para realçar a diferenciação que há quando um policial mata bandido e a valorização que a imprensa dá ao fato.

Linhas 29 e 30 – “Bandido não... bandido... bandido...”

Linhas 37 e 38 – “...direitos humanos...humanos direitos...”

O orador utilizou-se nessas linhas dos recursos retóricos, de seleção lexical como jogos de palavras, de repetições, nos quais há grande valor persuasivo a fim de monitorar a coerência, favorecer a coesão, gerar seqüências mais compreensíveis, dar continuidade à organização tópica e auxiliar na atividade interativa.

Linhas 10, 18, 56, 60, 66, 67, 69, 81 e 83 – “Não...”

Nessas linhas, o autor utiliza a negação que marca a sua defesa a uma categoria profissional, ao policial que defende a população, enfatiza a sua indignação por não ter havido nenhuma manifestação de pesar pela morte dos policiais e destaca a cidade de São Paulo.

Linha 81 – “A Polícia não vai correr, vai enfrentar esses bandidos...”

Nessa frase, o autor utiliza paralelismo sintático o que contribui para maior organização do texto e maior coerência ao seu pensamento. Ele reforça a sua defesa à instituição e sua oposição aos bandidos e aos que não são bons policiais.

Ao analisar o primeiro discurso, observa-se que se trata de um texto de opinião, com pequenos textos explicativos, frases curtas que o tornam mais enfático, facilitam a compreensão, introduzem esclarecimentos, aumentam a força da retórica e dão relevo a certas partes do enunciado. Com a presença de comparação, metáfora, operadores argumentativos, adjetivos, negações,

pressuposições, repetições, paralelismo, demonstra ser um discurso altamente argumentativo.

O orador utiliza autoridade polifônica e intertextualidade, para reforçar a sua idéia por meio do discurso de autoridade, cita revistas, inclusive baseia todo o seu discurso em uma matéria publicada pela revista *Veja*. Também utiliza a ironia e questões de retórica para envolver e chamar a atenção do leitor ou do ouvinte. E a consequência é a ideologia presente em seu discurso, em uma forma de explorar e dominar a atenção dos outros.

As palavras e expressões são utilizadas contra o Presidente da República devido às fraudes, à corrupção presentes no atual Governo, e os meios de comunicação apresentam dados que reforçam o que o orador disse.

O Deputado Federal José Thomaz Nonô usa palavras e expressões contra o atual Governo, devido às fraudes, à corrupção, retratando assim a ideologia das elites de direita, que têm-se posicionado contrariamente ao Governo, promovendo uma verdadeira caça às bruxas, inclusive à pessoa do Presidente, buscando encontrar qualquer envolvimento dele para retirá-lo da presidência.

No segundo discurso, o Deputado também utiliza pequenos textos explicativos, frases curtas que o torna mais enfático, diversos recursos que contribuem para a organização discursiva, a coesão, a coerência e a geração de seqüências mais compreensíveis para se referir à segurança pública e criticar o atual Governo.

O autor emite várias vezes sua opinião, utiliza frases explicativas, operadores argumentativos, vários adjetivos de forma depreciativa, paráfrase, jogos de palavras, comparação, negações, pressuposições, repetições para criticar o Governo com relação às notícias divulgadas nos rádios, televisões e jornais sobre o terror espalhado em São Paulo, e autoridade polifônica e intertextualidade, para reforçar a sua idéia por meio do discurso de autoridade.

Ele critica os defensores dos direitos humanos, o Governo Federal, mas defende o Governo de São Paulo ao dizer que há algo errado, pois se trata de um Estado que investe muito em segurança pública.

Muitas vezes opina e tenta persuadir os ouvintes com seus argumentos e explicações, e divide a população entre os bandidos e inocentes, entre os que têm a sua opinião e os que não têm, por isso há evidências fortes de ideologia, pois tenta influenciar a opinião da população.

A ideologia apresentada pelo Deputado Federal Alberto Fraga é a da elite, das classes dominantes, que vêem os homens criminosos como bandidos, sem direitos.

Os dois discursos apresentam a estratégia citada por Bakhtin, ou seja, são constituídos por pedaços de enunciados de outros, de falantes anteriores, que enriqueceram ou foram fundamentais para que eles pudessem apresentar suas mensagens. Ao se referirem às revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Rede Globo de Televisão*, percebe-se o quão importante são os meios de comunicação, pois servem como

elementos de reforço e ênfase da idéia do autor e que pode até mudar a opinião dos ouvintes ou dos leitores.

A consequência lógica dos dois textos foi a tentativa de estabelecer e sustentar a dominação. Portanto, observa-se a ideologia, citada por Thompson, por meio dos modos de operação: legitimação e fragmentação.

Os dois oradores utilizaram muitos recursos argumentativos, inseridos em algumas categorias analíticas citadas por Koch, devido a uma intencionalidade. Eles queriam enriquecer, enfatizar, persuadir os leitores ou os ouvintes dos seus pontos de vista.

CONCLUSÃO

Após a análise dos discursos, objeto deste trabalho, foi possível observar que eles são opinativos, com pequenos textos explicativos, frases curtas.

Os oradores utilizaram-se de diversos recursos argumentativos e retóricos, adjetivos, substantivos, marcadores temporais, índices avaliativos negativos e pejorativos, modalizadores, operadores argumentativos para expressar suas idéias em oposição à situação política daquele período.

Por meio da ironia, de questão de retórica, de autoridade polifônica e da intertextualidade os autores aprofundaram suas opiniões contra o atual Governo.

Não se pode negar a importância de todos os recursos para a expressividade desses discursos, porém a intertextualidade merece destaque, pois deu uma dinâmica maior ilustrando e reforçando a idéia de oposição dos enunciadores em relação ao atual Governo.

Com a utilização desses instrumentos de convencimento de opinião observa-se a presença da ideologia, embutida nas práticas discursivas que é muito eficaz para transformar, remoldar as idéias a respeito do Governo e do Presidente da República. E os oradores citados procuraram ratificar suas idéias com a utilização da credibilidade da mídia, das revistas *Veja* e *IstoÉ* e da *Rede Globo de Televisão*.

O ano de 2005 e início do ano de 2006 foram muito conturbados e houve série de denúncias contra o Governo, e a oposição utilizou o discurso como forma de atacá-lo e de influenciar a opinião pública.

O discurso político tem a importante finalidade de apresentar ao leitor as várias opiniões a respeito do que ocorre no mundo e principalmente no Brasil, sobre a atuação do Governo nos diversos setores da saúde, da economia, da educação, do esporte e dos transportes. O político da oposição ou do governo tem a capacidade de envolver o leitor ou o ouvinte, desde que a construção de frases seja feita com fundamentação, embasamento em algo que aconteceu, ou na mídia, ou em outros textos que sejam capazes de dominar o pensamento, a idéia do outro. Assim, o orador impressiona e pode até transformar a opinião do ouvinte.

Como houve muitas denúncias de corrupção, os parlamentares aproveitaram a oportunidade para criticar a atual situação política. E a imprensa teve um papel importantíssimo, devido a ampla divulgação que deu aos fatos. Aliás, devido às denúncias, alguns Deputados foram cassados e políticos que trabalhavam diretamente com o Presidente da República tiveram que deixar seus cargos.

Assim, ficam claros, ao longo dos discursos, os inúmeros mecanismos utilizados para convencer o leitor ou o ouvinte sobre o ponto de vista do enunciador.

Esses mecanismos são utilizados para transmitir as crenças e os valores que se pretende manter ou mudar e as identidades que se pretende

constituir, desconstituir e reforçar. E ao mesmo tempo, servem para despertar uma visão crítica em relação ao que é dito não só explicitamente em um discurso, mas principalmente, ao que é subjacente a ele, ou seja, à ideologia que o permeia.

A competência em leitura e em produção textual não depende apenas do conhecimento do código lingüístico. Para ler e escrever com proficiência é imprescindível conhecer outros textos, estar imerso nas relações intertextuais, pois um texto é produto de outro texto. A intertextualidade pressupõe um universo cultural muito amplo e complexo, pois implica a identificação, o reconhecimento de remissões a obras ou a textos mais ou menos conhecidos, além de exigir do interlocutor a capacidade de interpretar a função daquela citação ou alusão em questão.

A intertextualidade neste trabalho serviu para ilustrar a importância do conhecimento de mundo e como esse fator interfere no nível de compreensão do texto e a capacidade dos autores de persuadirem as pessoas.

Os políticos parlamentares utilizaram matérias divulgadas na imprensa e interagiram com seus discursos para tentar influenciar a opinião pública a respeito da atual situação política. Eles também se utilizaram dos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, rádio e televisão, para reforçar suas idéias. Mas aos ouvintes e aos leitores cabe ignorar, acreditar ou também criticar os oradores, tudo depende do grau de conhecimento das pessoas, do convencimento utilizado pelos oradores e dos seus instrumentos. Trata-se de um entrelaçamento de textos que enriquecem, enfatizam o discurso político. E a

oposição necessita utilizar esses mecanismos para ter embasamento ao fazer suas críticas.

Portanto, o político de oposição utiliza palavras, que sozinhas não têm efeito, precisam ser unidas. Mas também apenas isso não é suficiente. Há a necessidade de saber uni-las, de utilizar as palavras corretas, no momento certo. E para que haja força no que diz é preciso entrelaçar com textos já ditos, mas é preciso destacar que estes têm que ter sido ditos por alguém ou transmitidos por um meio de comunicação que tenha credibilidade. Assim, o orador terá um discurso que impressiona, transforma, que tenha força para reforçar ou mudar a opinião de quem quer que seja, porque senão ele falará em vão e não terá nenhum significado político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAUER, M. W. & GASKELL, GEORGE. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. São Paulo: Vozes, 2003.

BRETON, Phillipe. *A Argumentação na Comunicação*. São Paulo: EDUSC, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O Que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2004

LEAL, M. C. D. O Discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *Delta*, n.21 Especial, p. 73-82, 2005.

MAGALHÃES, Izabel. *As Múltiplas Faces da Linguagem*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

TAVARES, Daniela Macedo. O discurso político. In: CHIAPPINI, L. (Org). *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2001.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANEXOS

ANEXO 01

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 010.4.52.O

Hora: 16:58

Fase: OD

Orador: JOSÉ THOMAZ NONÔ, PFL-AL

Data: 07/03/2006

1 O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Pela ordem. Sem revisão do
2 orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a revista *Veja* desta semana é
3 pródiga em acusações. A *Veja* não é a Bíblia, não é a verdade absoluta, mas, sem
4 dúvida alguma, é no mínimo surpreendente que aflorem denúncias dessa
5 gravidade, veiculadas não apenas pela *Veja*, mas, também, pela *ISTOÉ* e por
6 várias outras publicações deste País, e que elas não encontrem eco nesta Casa.

7 Uma matéria da *Veja* particularmente me incomoda. É a que trata do
8 Ministro Palocci. A revista diz que Palocci se manteve vivo politicamente contando
9 com uma vigorosa boa vontade da Oposição, etc.

10 Acho que a Oposição brasileira - e tive a honra de ser Líder da Minoria
11 ainda nesta Legislatura - tem que começar a ter menos boa vontade com quem
12 aparenta ser desonesto, pouco importa se Ministro, pouco importa se Presidente,
13 pouco importa que cargo exerça. Não pode conduzir a política econômica do País
14 alguém que toda semana está nas páginas dos jornais como desonesto.

15 O Dr. Buratti diz textualmente no seu depoimento à Polícia Federal -
16 para a imensa multidão de brasileiros que não lê a *Veja* nem sabe quem é o Dr.

17 Buratti, ele era o braço direito do Dr. Palocci - que o pagamento de 50 mil reais foi
18 uma exigência feita pelo próprio Palocci à empreiteira; que parte do mensalão da
19 Leão & Leão ficava com o próprio Palocci; que a Leão & Leão negociava com
20 Palocci formas de elevar artificialmente o pagamento que a empresa recebia pela
21 varreção da cidade. E mais: que Palocci mantinha uma reserva financeira na
22 empreiteira. Isso consta de depoimento oficial, disponível para qualquer cidadão,
23 prestado à Polícia Federal, e estranho que ninguém do Governo fale nada sobre
24 isso.

25 Para que eu não seja posteriormente acusado de fazer parte da
26 oposição leniente, da oposição camarada, quero dizer que não sou camarada com
27 roubalheira de ninguém. Enquanto aquele que nada sabe, que nada vê, que nada
28 ouve aparece nos corredores do Palácio de Buckingham, acompanhado
29 curiosamente desse ilustre personagem, as denúncias pipocam com vigor
30 inesperado neste País, que, por obra e graça de um partido - não do partido como
31 um todo, mas de seus setores mais corruptos - foi transformado num mar de lama.

32 Está lá na revista: propina em dólar para o Presidente da Itaipu
33 Binacional. Seis paus é a expressão que a revista usa. Foram 6 milhões de
34 dólares para acertar um débito com a Siemens - é muito fácil saber se a denúncia
35 é verdadeira: basta verificar se a multa contratual da Siemens foi relevada ou não
36 - e mais 5 milhões, mas desta vez de reais.

37 Sr. Presidente, graças a este Governo, as revistas brasileiras estão se
38 tornando pornográficas. É uma desonestidade atrás da outra, um furto atrás do

39 outro, uma roubalheira atrás da outra. É a primeira vez neste País que se vê um
40 Governo que traçou organograma e meta de corrupção.

41 Tenho a certeza de que vamos ouvir aqui alguém do PT para defender
42 o Ministro Palocci. Não quero ser conduzido por quem, por mais hábil que seja
43 tecnicamente, não tenha condições morais de exercer uma pasta da relevância do
44 Ministério da Fazenda.

45 Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é por isso que este Congresso
46 se encontra tão desalentado; é por isso que vivemos dias de inusitado alheamento
47 de alguns Parlamentares da vida nacional. Graças aos escândalos sucessivos,
48 conseguiu-se o prodígio de transformar o Congresso Nacional numa imensa
49 delegacia de polícia e os mais fulgurantes quadros do Governo numa verdadeira
50 galeria de procurados. Há 1, 2, 3 ou 4 desonestos em cada gabinete, em cada
51 Ministério, em cada empresa privada, em cada rincão deste Governo.

52 É necessário apurar, porque o aiatolá Luiz Inácio Lula da Silva não
53 pode absolver de pecado. Ele não tem esse poder. No Brasil, o Presidente da
54 República é chefe da sociedade civil, não é autoridade religiosa para dizer que
55 desonestidade é engano e que devemos perdoar a todos. E quem perdoará
56 S.Exa., chefe maior de toda essa operação? É a pergunta que deixo aos senhores
57 do Governo.

ANEXO 02

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 075.4.52.O

Hora: 14:39

Fase: PE

Orador: ALBERTO FRAGA, PFL-AL

Data: 15/05/2006

1 O SR. ALBERTO FRAGA (PFL-DF. Como Líder. Sem revisão do
2 orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo dos meus 2 mandatos
3 nesta Casa, tenho ocupado a tribuna quase diariamente para falar sobre
4 segurança pública.

5 E, para tanto, aqui estou novamente. Na minha opinião, o de ontem foi
6 o pior Dia das Mães já vivido em nosso País. Num dia em que havia tantas coisas
7 boas a noticiar, as televisões rádios e jornais mostraram quadro de muita tristeza e
8 da maior gravidade: bandidos espalhando terror em São Paulo. Se os bandidos
9 estão se comportando com tanta violência contra policiais, imaginem V.Exas. o
10 que eles não fariam com os cidadãos de bem, aqueles que o Governo
11 incompetente que aí está queria desarmar. Imaginem como seria se o cidadão
12 brasileiro, o pagador de impostos, estivesse totalmente impedido de se armar.

13 Sr. Presidente, já dei entrada nesta Casa a vários projetos de lei
14 concernentes à segurança pública. Sou o recordista na apresentação de
15 propostas ligadas à área. Há quase 6 anos, apresentei projeto que agrava a pena
16 de quem praticar crime contra policiais, mas a proposta está parada nesta Casa.
17 Propus igualmente que fosse considerado crime o uso de uniforme da Polícia -

18 para fazer falsas blitz, por exemplo - por pessoas que não fazem parte da
19 instituição.

20 Vejam a que ponto chegamos!

21 Faço aqui uma acusação direta ao Ministro da Justiça e ao
22 incompetente Governo do PT. Ontem, Dia das Mães, o Governo concedeu
23 indultos a 12 mil bandidos. Vou repetir: foram concedidos indultos para 12 mil
24 bandidos. Hoje pela manhã, constatamos que todos os bandidos mortos pela
25 ROTA, da Polícia Militar de São Paulo, estavam livres graças a indultos
26 concedidos pelo Presidente da República, sob recomendação do Ministro da
27 Justiça. Vamos ver, Sr. Presidente, quantos indultados retornarão aos presídios
28 amanhã!

29 Bandido não precisa de indulto. Bandido precisa é de trabalho.
30 Bandido precisa é pagar pelo crime que cometeu cumprindo a sua pena. Enquanto
31 este País usar demagogia, fatos como os de ontem acontecerão. E se os
32 bobalhões defensores dos direitos humanos acharem que a medida é forte
33 demais, que adotem um bandido desses e o levem para casa. Seus desocupados!

34 Recebi hoje a notícia de que está em São Paulo o ex-Ministro José
35 Gregori - outro bobalhão do "sou da paz". Para falar o quê? Que o País está
36 mergulhado na insegurança? Está. E está exatamente devido à demagogia dos
37 desocupados defensores dos direitos humanos. Vamos dar direitos humanos
38 primeiramente para os humanos direitos, depois, aí, sim, ao cidadão que cometeu
39 o crime a oportunidade de se recuperar. Mas tem de ser trabalhando. Se a

40 Constituição brasileira diz que o trabalho do preso é trabalho forçado, o que mais
41 se pode querer? Quando, diante de tanta miséria, vemos bandidos pedindo 60
42 televisões a cores para assistirem à Copa do Mundo, o que mais se pode querer?
43 E ainda há Parlamentares que ocupam a tribuna para defender gente dessa laia.
44 Isso é uma vergonha! Por isso o País está desse jeito, e a vida dos policiais
45 parece descartável.

46 Enquanto esta Casa não se debruçar sobre propostas que coíbam de
47 uma vez por todas o avanço da criminalidade, essas ações oportunistas vão
48 continuar.

49 Ontem, vi no programa Fantástico alguns oportunistas de plantão. Foi
50 impressionante! São as mesmas figuras carimbadas de sempre. Quando matam
51 um policial, dizem que o fato é grave, mas, quando o policial mata o bandido, a
52 imprensa cai sobre a Polícia.

53 Aliás, parabenizo a *Rede Globo de Televisão* por reconhecer o trabalho
54 da Polícia Militar e da Polícia Civil.

55 Policial, se você tiver de atirar num bandido para se defender, atire para
56 matar! Podem até dizer que estou semeando a violência. Não! O que estou
57 dizendo é que entre a vida de um policial, pai de família, e a vida de um bandido,
58 deve prevalecer a vida do policial, que defende o Estado e a sociedade.

59 Assassinaram 53 policiais neste País em um único final de semana, e não
60 estamos em guerra. E não vi nenhuma manifestação de pesar por parte da
61 sociedade brasileira, nem mesmo das autoridades.

62 O Sr. Ministro da Justiça contribuiu para a exacerbação desse quadro
63 quando reduziu o Fundo Nacional de Segurança Pública de R\$ 1 bilhão para R\$
64 200 milhões. E, mesmo assim, S.Exa. só liberou essa verba depois da derrota
65 sofrida pelo Governo no referendo acerca da proibição de venda de armas. Pelo
66 visto, a vida do policial e do cidadão brasileiro não vale nada.

67 Não sou paulista, tampouco sou tucano, mas os fatos dão a entender
68 que há algo encomendado, porque São Paulo investe muito em segurança
69 pública. Não sou mais criança. Tenho maturidade suficiente para perceber fatos
70 que enlameiam o quadro político brasileiro.

71 Ainda neste fim de semana, Sr. Presidente, a revista *Veja* trouxe
72 denúncia de que o Presidente Lula seria dono de conta no exterior. A resposta do
73 Governo foi a de que vai processar a revista por ter noticiado que Lula, Zé Dirceu,
74 Palocci e outros membros da quadrilha têm conta no exterior. Vão processar a
75 revista *Veja!*

76 Quero ouvir os discursos sem graça dos que sobem à tribuna para,
77 tendo perdido o senso do ridículo, defender um governo corrupto, organizado para
78 roubar o dinheiro do trabalhador. Ouço discursos em que dizem: "Nada foi
79 provado", discursos sem graça, repito, que não dizem verdadeiramente o que a
80 sociedade quer ouvir.

81 A Polícia não vai correr, vai enfrentar esses bandidos - e já está dando
82 sua resposta. Aos algozes dos policiais, digo: botem a mão na consciência e
83 respeitem uma instituição que não abre mão de defender a sociedade. Tenho dó
84 do cidadão paulista, que hoje, infelizmente, está desamparado, mas saibam todos
85 que ainda resta de pé o último guardião deste País: as Polícias estaduais.

86 Aqui deixo meu abraço de solidariedade à Polícia Militar, à Polícia Civil
87 e a todos aqueles que combatem o banditismo no Brasil.

88 Muito obrigado, Sr. Presidente.

